

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL: análise da experiência da escola DIEESE e do novo curso superior em ciências do trabalho

EDUCATION AND WORK IN BRAZIL. Analysis of the experience of the DIEESE School and the new undergraduate program in Labor Sciences.

Stênia Cássia Militão¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa realizada sobre a experiência de um novo curso de graduação, o bacharelado em Ciências do Trabalho, ofertado por uma instituição de ensino superior recém-criada, a Escola DIEESE de Ciências do Trabalho que apresenta em sua proposta pedagógica, produzir conhecimento a partir do saber e da experiência do aluno trabalhador. Partindo de estudos que tratam sobre a relação entre educação e trabalho no Brasil, que evidenciam a lógica do modo de produção capitalista de negar a muitos trabalhadores o acesso ao saber teórico, e sua vinculação com o saber prático, a pesquisa se propôs a analisar em que medida a proposta do curso de Ciências do Trabalho pode apresentar uma pedagogia contra-hegemônica. Para tanto, a pesquisa eminentemente qualitativa, na condição de estudo de caso sobre o referido curso, foi realizada utilizando-se de pesquisa documental, por meio da análise dos relatórios e documentos institucionais da Escola DIEESE, e da sua entidade mantenedora, e ainda, entrevistas com 20 alunos egressos da primeira turma, que concluíram o curso de Ciências do Trabalho no ano de 2015. Os resultados da pesquisa apontam para alguns desafios, em especial, por se tratar de um curso novo e pouco conhecido, mas por outro lado, evidenciam por meio dos relatos dos alunos entrevistados, que o currículo e a metodologia do curso de Ciências do Trabalho, permitiram, entre outras importantes questões, desenvolver uma maior compreensão teórica a respeito da realidade.

Palavras-chaves: Educação e Trabalho. Ensino Superior. Pedagogia Contra-Hegemônica. Ciências do Trabalho. Movimento Sindical.

ABSTRACT

This article aims to present the research carried out on the experience of a new undergraduate program, the Bachelor of Work Sciences, offered by a newly created institution of higher education, the DIEESE School of Work Sciences, which features in its pedagogical proposal, to produce knowledge from what is known and from the experience of the student worker. Starting from studies that treat on the relationship between education and work in Brazil, which highlight the logic of the capitalist production method of denying many workers access to theoretical knowledge and its connection with practical knowledge. This research aims to analyze the extent to which the proposed Work Sciences course can submit a counter-hegemonic pedagogy. To this end, the eminently qualitative research, case study on this course, was performed using documentary research, through the analysis of the institutional school reports and documents of DIEESE and its maintaining entity, and interviews with 20 graduates from the first group, who completed the Work Sciences course in the year of 2015. The survey results point to some challenges, in particular because it is a new course and little known, but on the other hand, show, through the reports of the students interviewed, that the curriculum

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo –UNIFESP e graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília – UCB. stenia.cassia@gmail.com.

and methodology of the Work Sciences course allowed, among other important issues, to develop a greater theoretical understanding of the reality.

Keywords: education and work. Higher education. Counter-hegemonic education. Work Sciences. The trade union movement.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos a respeito da relação entre educação e trabalho no Brasil revelam o profundo distanciamento histórico entre o saber teórico e o saber prático nos programas pedagógicos do sistema de ensino. As tentativas de fazer essa relação se deram a partir do desenvolvimento do ensino profissional e, posteriormente, no ensino superior, considerando a expansão das faculdades privadas. No entanto, esses dois tipos de ensino sempre estiveram marcados por uma educação especificamente voltada a atender às necessidades de produção do mercado capitalista, com o desenvolvimento de uma aprendizagem que se limita a inserir os alunos nesse mundo produtivo.

De outro lado, temos a universidade, que se distingue das faculdades privadas por desenvolver pesquisa e extensão, porém pouco acessível, especialmente àqueles que vivem do trabalho. E é justamente nesse meio contraditório que muitos trabalhadores se encontram, com dificuldade para acessar o saber teórico e, quando conseguem acessá-lo, deparam-se com uma prática predominantemente certificatória e que pouco ou nada se relaciona com sua realidade, situação que nega a chamada “escola do sujeito” e “escola emancipatória”.

Diante deste cenário, em que pouco se altera, surge no ano de 2012 uma nova experiência, um curso superior ofertado por instituição de ensino também recentemente criada, apresentando em sua proposta pedagógica a possibilidade de caminhar na contramão da lógica do sistema capitalista que nega o acesso ao saber teórico e sua relação com o saber do trabalho. Este curso é o bacharelado em Ciências do Trabalho, ofertado pela Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, cuja entidade mantenedora é o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

O DIEESE apresenta-se em seus canais oficiais de comunicação como entidade produtora de conhecimento, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro para desenvolver atividades de pesquisa, assessoria e educação. No ano de 2010, a Escola DIEESE de Ciências do Trabalho teve o seu primeiro credenciamento como instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação, e já em 2012 obteve pelo mesmo órgão a autorização para ofertar o curso de Ciências do Trabalho na sede da instituição, localizada no Centro da cidade de São Paulo.

Em abril de 2012 deu-se início à abertura do primeiro processo seletivo, com a oferta de 40 vagas para a formação da primeira turma do curso de Ciências do Trabalho. Apesar dessas vagas serem abertas a todas as áreas da sociedade, a primeira turma foi composta majoritariamente por alunos que atuam no movimento sindical.

Naquele ano, o curso foi ofertado com uma mensalidade no valor de R\$ 550, 00 (quinhentos e cinquenta reais). Verificou-se que a maioria dos alunos da primeira turma recebeu algum tipo de apoio financeiro de suas entidades sindicais para financiar os estudos durante os três anos do curso.

De acordo com o seu Projeto Pedagógico, o curso de Ciências do trabalho propõe uma formação de nível superior, presencial, com duração de três anos, e um projeto acadêmico de matriz interdisciplinar, voltado para atender os interesses, necessidades e condições de estudo e de produção de conhecimento da classe trabalhadora nas questões do Trabalho. Dentre as informações apresentadas pela Escola DIEESE, o que mais se destaca é que neste curso propõe-se a produção do conhecimento a partir da própria experiência e das indagações dos estudantes.

2 OBJETIVOS

A presente pesquisa foi delineada tendo como objetivo geral analisar em que medida o curso de Ciências do Trabalho avança no sentido de uma pedagogia contra-hegemônica², considerando, de um lado, o histórico da relação entre o saber teórico e o saber prático no Brasil, e de outro, a proposta que este curso apresenta como “inovadora”. Para alcançar este objetivo, a presente pesquisa foi realizada com a abordagem qualitativa, na condição de um estudo de caso sobre o curso de Ciências do Trabalho, utilizando-se de pesquisa documental, com análise dos relatórios e documentos institucionais do DIEESE e da Escola DIEESE; por fim, houve ainda a realização de entrevistas com os alunos egressos da primeira turma. Dentre os 27 (vinte e sete) alunos que concluíram o curso de Ciências do Trabalho, foi possível realizar 20 (vinte) entrevistas, nos anos de 2015 e 2016.

² Ao tratar da relação da educação com a sociedade, Dermeval Saviani (2008) apresenta uma rica reflexão sobre teorias pedagógicas, dividindo-as em dois grupos: pedagogias hegemônicas, que são aquelas que buscam conduzir uma educação para a conservação da sociedade e da ordem existente, ao tentar “hegemonizar a educação”; e de outro lado, as pedagogias contra-hegemônicas, que correspondem aos interesses dos dominados, e se orientam para a transformação da sociedade. A crítica desenvolvida pelo autor, parte da realidade de nossa sociedade capitalista.

3 A CRIAÇÃO DA ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

A apresentação formal do DIEESE se faz, de modo circunstanciado, em seu estatuto. O documento define o DIEESE como uma associação civil, com estrutura de entidade privada sem fins lucrativos, constituída por entidades sindicais de trabalhadores do Brasil. O departamento tem como data de sua fundação o dia 22 de dezembro de 1955, e está sediado na cidade de São Paulo, contando com escritórios regionais instalados em 16 estados do país e no Distrito Federal. Os artigos seguintes do estatuto apresentam o DIEESE na sua relação intrínseca com o movimento sindical brasileiro, conforme trecho destacado abaixo:

O DIEESE é um órgão unitário do movimento sindical brasileiro, destinado à realização de estudos, pesquisas e atividades de educação, produção e difusão de conhecimento e informação sobre o trabalho em um contexto multidisciplinar, tendo como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses da classe trabalhadora, sem prejuízo da diversidade das posições e enfoques sindicais. (DIEESE, 2015, p. 2).

No que se refere à sua estrutura, o DIEESE, criado e mantido pelo movimento sindical, atua nas áreas de assessoria, pesquisa e educação, produzindo trabalhos sobre emprego, renda, negociação coletiva, desenvolvimento e políticas públicas. No próprio estatuto, informa-se que a receita do DIEESE é proveniente das contribuições regulares das entidades associadas, além de recursos advindos de serviços prestados também a instituições privadas ou públicas.

De acordo com os documentos institucionais, o ponto de partida para criação do DIEESE deu no início dos anos 1950, quando um grupo de 20 dirigentes sindicais de São Paulo decidiu construir um organismo próprio dos trabalhadores, com o objetivo de produzir dados que embasassem as negociações com o setor patronal.

Registra-se, ainda, que o fator que impulsionou a criação do DIEESE foi a desconfiança dos sindicalistas da época a respeito dos índices sobre o custo de vida divulgados pelo governo. Entende-se, portanto, que a criação do DIEESE estava atrelada à necessidade de conhecimento sentida pelo próprio movimento sindical, o qual, diante de um complexo processo econômico, em especial a partir da década de 1980, foi tomando rumos diferentes e passou a se organizar com objetivos e temas comuns.

No entanto, é possível sugerir que a demanda por um órgão com essas características se dava também por outra razão: a visão que se tinha a respeito do conhecimento que a classe trabalhadora apresentava. Nos documentos que tratam da criação do DIEESE, os autores comentam certo descrédito ou, ainda, uma desqualificação existente em relação ao saber

do próprio trabalhador, como podemos destacar numa interessante citação de Mendonça (2002):

(...) O DIEESE orientou-se para o desenvolvimento de um instrumental que permitisse a construção de um discurso contra a primeira ideia a ser combatida: “trabalhador não sabe fazer conta! Trabalhador não entende de inflação!”, de forma a impedir a desqualificação do movimento sindical para a defesa de seus próprios interesses. (MENDONÇA, 2002, p. 55)

Em face dessa visão acerca dos trabalhadores, em especial daqueles que os representavam, ou seja, os sindicalistas, a demanda era, portanto, de uma estrutura que não fosse o próprio movimento sindical, mas que estivesse aliada a ele e apta a assessorar na desconstrução dessas ideias, a partir de estudos mais técnicos sobre os problemas que envolviam o cotidiano do trabalhador.

4 O DIEESE E A EDUCAÇÃO

Em publicação do DIEESE (2007), informa-se que a área de educação deste departamento surgiu nos anos 70 ao desenvolver as primeiras atividades de formação sindical, voltadas para dirigentes e assessores sindicais. Para melhor entendimento a respeito dessa atuação realizada pelo DIEESE, é importante tomar algumas considerações acerca do próprio significado de educação ou formação sindical. Para tanto, Manfredi (2002) denomina essa atividade como:

Práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., promovidos por entidades de classe ou outras organizações socioculturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. (MANFREDI, 2002, p. 23-24).

Entendendo dessa forma a educação sindical, o DIEESE passou por meio de seus eventos a fornecer ao movimento sindical conhecimentos para subsidiar esta ação. Ao pesquisar a história do DIEESE é possível identificar que a sua criação, no ano de 1955, esteve calcada na ideia de estruturar uma entidade que produzisse conhecimento partindo da realidade e da experiência da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, encontramos nos documentos institucionais a expressão “universidade do trabalho”, utilizada em alguns momentos como um sonho idealizado pela classe trabalhadora, ou também para caracterizar o próprio DIEESE, como destaca Chaia (1989):

A aplicação do conhecimento técnico à realidade conforme esta dinâmica, e o fornecimento de elementos para a transformação da sociedade imprimem ao DIEESE o caráter de uma “universidade engajada”, como algumas vezes foi chamado. Esse caráter está constantemente presente, como recuperação do original espírito de Universidade do Trabalho, que acompanha o DIEESE desde a sua fundação. (CHAIA, 1989, p. 166-167).

Se por um lado a expressão “universidade do trabalho” é utilizada para qualificar a atuação do DIEESE, conforme destacado acima, por outro lado, verificou-se em outras menções que existia de fato uma ideia de constituir uma instituição de ensino superior especificamente voltada para os trabalhadores, a qual, no entanto, não pôde ser objetivada naquele momento, como se vê no seguinte trecho de um dos documentos institucionais:

No momento inicial, planejava-se que o “Departamento” faria parte de uma “Universidade” voltada para assuntos vinculados ao mundo do trabalho, logo de interesse sindical. A constituição desta Universidade – tarefa complexa, sobretudo para os trabalhadores – não se confirmou. Entretanto, desde então, uma das características da atuação do DIEESE tem sido a capacitação de seus dirigentes através de atividades formativas. (DIEESE, 2007, p. 1).

Apesar de haver poucas menções que formalizam a ideia de constituir uma universidade para trabalhadores na época de criação do DIEESE, pode-se afirmar que o papel da educação para o trabalhador passou, ao longo dos anos, a fazer parte da trajetória do Departamento.

5 A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR VOLTADA AO ALUNO TRABALHADOR

No ano de 2005, em comemoração aos 50 anos do DIEESE, a instituição iniciou um processo de debates com o movimento sindical sobre a formação de uma faculdade para o trabalhador, pois se considerou aquele “o momento adequado para reavivar um sonho presente desde a sua criação” (ESCOLA DIEESE, 2016, p. 8).

Informa-se que no ano de 2006 foi realizada uma consulta a mais de 250 entidades sindicais sócias do DIEESE com o objetivo de diagnosticar o que o movimento sindical pensava a respeito de um projeto de uma instituição de ensino superior voltada especificamente para trabalhadores. Além de demonstrar apoio ao projeto, a maioria dos consultados mencionou nessa consulta as seguintes expectativas:

Os trabalhadores dizem, por meio da consulta, que precisam de uma escola diferente das existentes, que não separe fazer e pensar, devendo se distinguir pela concepção formativa que pratica e pelo projeto societário que busca construir (28,4%). Outra parte dos consultados declarou esperar que a escola possa suprir a dificuldade de

conhecimento da realidade, da prática e do projeto político do movimento sindical (33,1%). A preparação de profissionais para o mercado de trabalho também é de interesse dos trabalhadores quando pensam uma escola de ensino superior própria (11%). (ESCOLA DIEESE, 2016, p. 8).

A partir desta consulta feita ao movimento sindical confirmava-se a necessidade de criar uma faculdade que fosse diferente das instituições de ensino superior já existentes. Para tanto, deu-se início a um longo ciclo de estudos e debates organizados em grupos de trabalhos, com a participação de dirigentes e técnicos do DIEESE. Entre os relatos dos dirigentes sindicais nesses grupos, podemos destacar:

A universidade não respeita o conhecimento que o trabalhador traz. O trabalhador é estimulado a largar o que ele traz das suas culturas para assimilar o que a faculdade vai oferecer; (...) O que se busca é o certificado a todo custo. Mas o nosso diferencial tem que ser a qualidade; (...) A proposta tem que ser voltada para mundo do trabalho (...) que seja discutida francamente e sem os vícios da academia; (...) Não podemos pensar a faculdade como formação sindical. (DIEESE, 2007, p. 2-5).

No período de realização dessas atividades, foi definido que seria criada uma faculdade aberta a todo público, porém com foco em pessoas que vivem do mundo do trabalho. Sendo assim, no ano de 2009 iniciou-se o processo de solicitação de credenciamento da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho como instituição de ensino superior e autorização de oferta do bacharelado em Ciências do Trabalho junto ao Ministério da Educação. Com a Escola credenciada e o curso autorizado pelo MEC, a instituição foi inaugurada em 2012, em sua sede, localizada no Centro de São Paulo – SP. As atividades da Escola DIEESE tiveram início com o ingresso da primeira turma do bacharelado em Ciências do Trabalho.

Foi possível identificar que a ideia de construir uma proposta de educação voltada especificamente para trabalhadores não esteve ligada, naquele momento, à ideia de reproduzir qualquer curso existente, ofertado por outras instituições e já reconhecido pelo Ministério da Educação. Olhando para as áreas de atuação do DIEESE, poderia ser natural presumir que uma faculdade criada por este Departamento teria condições para ofertar cursos de graduação, por exemplo, em Economia e Ciências Sociais.

No entanto, em nenhum dos documentos pesquisados no decorrer do presente trabalho identificou-se essa intenção, mas sim a pretensão de partir para o novo, pois ao criar uma instituição de ensino para trabalhadores era necessário ofertar algo que apresentasse proposta de ensino diferenciada dos cursos existentes, tal como se percebera na já referida consulta feita aos dirigentes sindicais a respeito da viabilidade de uma proposta que contemplasse essa perspectiva.

A fim de chegar nessa proposta inovadora, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho, como se intitula hoje, vivenciou-se um longo processo de estudos e debates entre técnicos do DIEESE, dirigentes sindicais, especialistas e consultores no período de 2006 a 2012. Nestes debates, podemos destacar a fala a seguir, pois propõe uma reflexão sobre o conhecimento do trabalhador:

Parece que tudo o que é construído numa perspectiva alternativa ou numa perspectiva de visão dos trabalhadores ou das trabalhadoras, parece que não tem valor de conhecimento, então é negar essa perspectiva e ter um espaço onde todos esses conhecimentos afloram, onde todas as formas de saber afflorem; o conhecimento como expressão da liberdade, da autonomia e da transformação. Superação dos valores do capitalismo. (DIEESE, 2007d, p. 5).

A visão de que a vivência do trabalhador não é considerada como um conhecimento formal também é destacada no estudo de Kuenzer (1991) sobre a relação educação e trabalho, que traz à luz a divisão existente na sociedade capitalista entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais, sendo a escola a instituição reprodutora do capital nessa separação de saberes. Esta situação resulta, segundo a autora, numa desvantagem dos trabalhadores que possuem a experiência prática do trabalho em relação àqueles que possuem um saber mais teórico:

A classe trabalhadora, por sua vez, mesmo que participe do processo de produção do conhecimento através da sua prática cotidiana, fica em desvantagem a partir do momento em que, historicamente, não tem tido acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhe permitiriam a sistematização de um saber articulado ao seu projeto hegemônico. (KUENZER, 1991, p. 22).

A autora defende que no Brasil essa desigualdade entre os saberes está relacionada diretamente à limitação do acesso da classe trabalhadora à produção social do conhecimento, devido à especificidade do próprio sistema de ensino, que seleciona e exclui. Nesse sentido, há uma tentativa de entender por que razão o saber do trabalhador não tem valor de conhecimento, como vemos na afirmação de que “os excluídos do sistema de ensino aprendem na prática o fazer, sem a compreensão dos princípios teórico-metodológicos que o regem, ou seja, aprendem prática sem teoria” (KUENZER, 1991, p. 17).

Mas se faltam princípios teóricos na formação dos saberes dos trabalhadores, podemos perguntar, então, qual é o conhecimento que eles possuem? Entende-se que esteja diretamente relacionado à prática, à experiência concreta do seu cotidiano no trabalho e nas relações sociais:

O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas. Desta forma, o trabalho é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento. (KUNZER, 1991, p. 21).

No entanto, este tipo de conhecimento adquirido na própria atividade humana carece de bases teóricas que possibilitem sua estruturação à maneira tradicionalmente reconhecida como válida, como aponta Kuenzer (1991):

Assim, o trabalhador vai elaborando um saber eminentemente prático, fruto de suas experiências empíricas, que, sendo parciais em função da divisão técnica do trabalho, originam um saber igualmente parcial e fragmentado. Por outro lado, a medida em que esse trabalhador não tem acesso à escola, e portanto aos princípios teóricos e metodológicos que explicam a sua prática, o saber por ele produzido reveste-se de reduzido nível de sistematização teórica, permanecendo ao nível do senso comum. (KUENZER, 1991, p. 16).

Tratando dessa teoria no âmbito das relações de educação e trabalho, podemos citar, uma vez mais, Kuenzer (1991, p.22), para quem “a escola é apenas uma parte, e não a mais importante, neste conjunto de relações responsáveis pela produção e distribuição do conhecimento”.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a autora sustenta que a escola é somente um dos componentes no processo de produção de conhecimento, menciona que é aquele o único espaço onde os trabalhadores podem distribuir o saber socialmente produzido, transformando-o em teoria. Com esse pensamento, Kuenzer (1991) sai em defesa de novas formas de educação que considerem esse saber socialmente produzido:

Para esse contingente, a única alternativa de apropriação do saber sobre o trabalho, de forma sistematizada e em sua dimensão de totalidade é a escola, apesar dos seus limites. Configura-se, deste modo, a necessidade premente de se propor formas de educação para o imenso contingente de trabalhadores que já forma ou estão sendo absorvidos pelo processo produtivo, bem como daqueles que sequer conseguem nele ingressar. (KUENZER, 1991, p 17).

A afirmação da autora parece coadunar, a princípio, com a proposta que foi se desenhando para o curso de Ciências do Trabalho, ao considerar a ideia de que o trabalhador tem um conhecimento prático, próprio da sua vivência, mas que existe igualmente uma necessidade de formalizar teoricamente esse conhecimento, e finalmente que isso se dá a partir de um ambiente escolar.

Trazendo esta concepção para o sistema educacional, a referida autora destaca “a falta de clareza teórica sobre como e onde se dá a educação para o trabalho, e qual o papel que cabe à escola, a partir da ótica dos trabalhadores” (KUEZER, 1991, p. 18). É possível notar, portanto, que o Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Ciências do Trabalho apresenta, em vários momentos de seu texto, a ideia de considerar esta ótica do trabalhador:

A “Ciência” do Trabalho considera, portanto, além do saber que se origina da experiência do trabalhador, um conjunto de saberes que visam a construção de um método de pesquisa e um conhecimento socialmente acumulado. Não se trata de fazer um curso sobre, mas de fazer um curso em que a pesquisa do Trabalho é realizada por estudantes e docentes e o conhecimento produzido a partir de suas experiências e de suas indagações. (ESCOLA DIEESE, 2013, p. 6).

Outro ponto a ser analisado, juntamente com as entrevistas dos alunos da primeira turma, se refere ao perfil do bacharel em Ciências do Trabalho. O PPC (ESCOLA DIEESE, 2013, p. 11) detalha as seguintes características esperadas para este aluno ao concluir o curso:

Estar capacitado para produzir conhecimento científico em trabalho e para análise e reflexão crítica da realidade para uma atuação transformadora; estar preparado para concorrer e responder à demanda de trabalho na área sindical, parlamentar, social, cultural, em pesquisa, educação, em assessoria e gestão; estar capacitado para atuar em espaços formais e não formais com domínio da natureza do conhecimento sociopolítico, histórico e econômico nas questões do trabalho e das práticas necessárias para a produção e divulgação desse conhecimento. (ESCOLA DIEESE, 2013, p. 11).

Com esta proposta apresentada em seu PPC, no ano de 2012 o curso de Ciências do Trabalho foi autorizado formalmente a funcionar, nos termos da legislação educacional, pelo Ministério da Educação, e no ano de 2014 obteve o seu reconhecimento pelo mesmo órgão.

O bacharelado interdisciplinar em Ciências do Trabalho é um curso superior presencial ofertado na sede da Escola DIEESE, localizada no centro da cidade de São Paulo – SP. As aulas são realizadas de segundas à sexta-feira no período noturno, das 19h00 às 22h40. O curso tem duração de três anos, divididos em seis semestres letivos. A matriz curricular apresenta uma carga horária total de 2.520 horas.

Buscando compreender esta estrutura do curso de Ciências do Trabalho, encontra-se no PPC a informação de que a matriz curricular está fundamentada e organizada em três eixos: trabalho, conhecimento e linguagem. Para ter uma ideia dessa composição, podemos citar como exemplo as disciplinas Produção de Conhecimento, Memória e Textualidade, Filosofia, Arte, Identidade e Expressão e Sociologia Política. O curso é aberto a todo público e

o valor atual da mensalidade é de R\$ 758,00 (setecentos e cinquenta e oito reais), conforme apresentado em sua página eletrônica.

No primeiro semestre do ano de 2012, deu-se início ao planejamento do processo seletivo para ingresso da primeira turma. O edital que divulgou publicamente o primeiro processo seletivo para o curso informou a abertura e oferta de 40 vagas. Desses 42 (quarenta e dois) alunos matriculados, 27 (vinte e sete) chegaram ao final do curso. Dos 27 alunos que concluíram o curso de Ciências do Trabalho, 25 (vinte e cinco) são atuantes no movimento sindical. Já a respeito de sua posição no movimento sindical, verifica-se que 80% ocupam cargos de direção nas entidades sindicais.

Quanto à questão de gênero, na primeira turma, dentre os 27 alunos concluintes, há somente 04 (quatro) mulheres. No que se refere à faixa etária, verifica-se que a maioria dos alunos está acima dos 50 anos de idade. Dentre as 20 entrevistas realizadas, somente 05 (cinco) foram realizadas fora da sede da Escola. Visitamos locais como o Sindicato dos Trabalhadores Públicos na Saúde de São Paulo, a sede do partido político Solidariedade, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. Para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa, faremos a identificação da seguinte forma: E1 (entrevistado 1), E2 (entrevistado 2), e assim sucessivamente.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO CURSO DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

O roteiro das entrevistas apresentava questões que exigiram dos alunos uma reflexão acerca da sua trajetória no curso de Ciências do Trabalho, e que naturalmente envolveu pensar também em certos aspectos da vida como estudante e como trabalhador, como poderemos ver nas primeiras falas destacadas a seguir, ao perguntá-los sobre o que mais impactou-os no curso.

Extinguir a hierarquia entre professor e aluno (...) o que mais me admirava, de verdade, era que eu não aprendia só com o professor, eu aprendia com meus colegas **e também tinha a possibilidade de ensinar algo, dialogar sobre as nossas experiências**, e assim, existia um ciclo de comunicação e de transferência de conhecimento. (E18);

A diferença entre a escola tradicional e a escola do DIEESE, porque você tem algumas questões(...) **aqui que a gente consegue ser respeitado diferente das outras escolas lá fora, a gente tem o respeito pela vivência dos trabalhadores, um pouco daquele método de Paulo Freire, (...) né... a vivência nossa aqui da fábrica**, a vivência nossa do sindicato também ela é colocada aqui em debate pra que a gente possa não ficar apenas com aquela visão acadêmica, mas pra ter esse **diálogo entre o professor e o aluno, pra que os dois possam construir o conhecimento**, acho que isso é o mais importante. (E11).

Os trechos acima transcritos nos remetem ao pensamento de pensamento de Touraine (1991) a respeito do que ele chama de “escola do sujeito”, ao defender que a escola deve ter como principal missão, possibilitar aos indivíduos a experiência de serem sujeitos. É possível notar, assim como nas próximas falas destacadas a seguir, como os alunos ficaram sensivelmente impressionados com a proposta do curso de considerar a experiência deles como importante na produção do conhecimento:

O que me impactou foi justamente isso, eu ia lá, com o propósito de entender um pouquinho mais do mundo do trabalho, mas acostumado com aquela escola de que o aluno senta e aí o professor vai lá e descarrega informações, foi uma coisa totalmente diferente daquilo que eu esperava. Foi isso que me impactou bastante, **eu vim aqui pra aprender e vocês querem pegar o meu conhecimento?! Quer que eu divida o meu conhecimento como trabalhador com vocês?!** (E21);

(..) **A escola é muito longe do trabalhador**, porque você faz um curso no Senai que é excelente em exatas (...) é muito bom para formar qualquer tipo de profissional, mas assim..., ele forma o cara na área de exatas, mecânica, mas na área de humanas... de falar assim, e o problema social? E aí eu vejo o meu pai passar por desemprego, eu vejo assim, o bairro metalúrgico..., toda crise, (...) você vê essas realidades, e fala, pera aí, isso aí não se ensina no Senai, essa outra realidade. **Quando aparece o curso do Dieese, curso diferenciado, curso voltado para o conhecimento, mas que você vai produzir o conhecimento.** (E17).

Outra questão muito evidenciada pelos alunos se refere à heterogeneidade da turma:

A diversidade da turma...pra mim foi um grande aprendizado tá no meio dessa diversidade porque a gente que é do movimento sindical carrega alguns preconceitos. Essa foi a surpresa e todo esse processo... a escola DIEESE proporcionou pra nós...essa questão de saber lidar, tentar compreender o outro, que pra nós, assim, de entender o seguinte...nós estamos do mesmo lado, nós somos classe trabalhadora, temos divergências de métodos de concepção, de prática, mas assim, é possível conviver sim, (E13).

Os alunos evidenciaram que o curso de Ciências do Trabalho possibilitou o diálogo, e a partir dele, a compreensão e a convivência na turma. Neste mesmo sentido, cabe-nos destacar o pensamento de Paulo Freire, ao vislumbrar que “ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2001, p. 69). Outro ponto tocado pelos alunos foi a flexibilidade que o curso de Ciências do Trabalho concedeu para auxiliá-los na conciliação do estudo e trabalho:

Meu sonho era fazer uma faculdade, eu tinha o segundo grau, mas não tinha graduação universitária (...),O trabalho aqui ele é tão..., **no movimento sindical é tão puxado que ele não permite essas oportunidades de um trabalhador principalmente sindicalista fazer uma faculdade, trabalhador de fábrica já é difícil**, mas quando a gente está na fábrica, ainda é melhor porque você tem um horário fixo, (...)só numa escola igual do DIEESE, que dá oportunidade, **aliás dá um pouco mais de**

flexibilidade pra que você consiga conciliar seu trabalho com atividade escolar. (E8).

Com a mesma intenção, Kuenzer (1991, p. 33) defende a necessidade de “formas de organização flexíveis e adequadas às características do aluno concreto, seja ele criança ou adulto, estudante ou trabalhador”. Já ao perguntá-los sobre qual a importância que o curso de Ciências do Trabalho teve para a vida como trabalhador, é possível verificar que os alunos conseguem enxergar na vida prática o que eles conheceram teoricamente durante a realização do curso, como podemos ver a seguir:

Eu me senti muito gratificado, muito bem, quando meu superior (...) falou pra mim depois de um tempo que eu já estava aqui na Escola, **que a minha escrita tinha melhorado, que tinha percebido uma melhora na qualidade dos textos e na própria forma de agir, de atuar na secretaria..** (E2);
Eu acho que assim, ao longo dos três anos de curso acho que uma das coisas que pra mim foi significativa, **uma mudança prática foi a maneira de compreender, de enxergar algumas relações.** (E3).

O aprimoramento da escrita e do discurso ganhou destaque pelos alunos como uma das contribuições práticas do curso de Ciências do Trabalho. Mas além do discurso e da escrita, o que pareceu estar mais presente na fala dos alunos, se refere aos conhecimentos adquiridos que possibilitaram maior compreensão sobre o mundo do trabalho e das relações.

Quanto aos desafios sentidos em relação ao curso, o que mais se destacou entre os alunos foi a dificuldade em conciliar estudo e trabalho, considerando a atuação deles no meio sindical, em especial no que se refere à leitura e à escrita. Outra questão levantada foi sobre a própria formação no curso, ao revelarem o incômodo sentido em dar explicações a respeito dessa formação, como podemos ver a seguir:

(...) a dificuldade que eu tenho até hoje é de explicar assim... você é formado em que? Eu sou formado em bacharel em Ciências do Trabalho, aí o cara fala... mas isso faz o que? Trabalha aonde? (...) Até pessoas do próprio sindicato chegam e falam, **fulano fez Ciências do Trabalho, mas serve pra que?** Assim vai melhorar seu discurso, vai melhorar a sua opinião crítica em relação ao mundo, te melhora como ser humano, eu penso isso, acho que é fundamental, primeiro o ser humano, depois, ou se você vai atuar dentro do movimento sindical de outra área, mas ele serve muito. (E17).

Percebe-se que os alunos manifestaram terem clareza de que o curso de Ciências do Trabalho é uma experiência nova e pouco conhecida no âmbito da educação superior, mas ao mesmo tempo, declararam que o curso permitiu uma compreensão a respeito da realidade, do mundo do trabalho e do trabalhador. Outras questões foram levantadas pelos alunos ao

questioná-los sobre quais eram, na opinião deles, os desafios do curso, como o valor da mensalidade, que segundo alguns relatos, não condiz com a realidade do trabalhador, e a necessidade de maior divulgação do curso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as reflexões apresentadas acerca da relação entre educação e trabalho no Brasil contribuiriam para a compreensão do objeto de estudo da presente pesquisa, qual seja o curso de Ciências do Trabalho. As falas coletadas dos alunos entrevistados revelaram um ponto principal e comum entre si, especialmente sobre quais foram as contribuições do curso de Ciências do Trabalho: o curso permitiu uma compreensão teórica a respeito da realidade, a consciência, o entendimento da história da classe trabalhadora, das relações de trabalho e, até mesmo, da própria vida. Apesar de os alunos entrevistados relatarem a necessidade de ter o conhecimento científico, observamos, por outro lado, que a experiência de vida e a importância do trabalho apareceram como uma vantagem em relação ao saber formal.

A partir dos relatos apresentados, é possível concluir que apesar dos desafios apresentados em relação a formação no curso, os alunos puderam se sentir como sujeitos na produção de conhecimento, ao mencionarem que a metodologia adotada no curso possibilitou a participação ativa nas aulas, na troca de conhecimento entre alunos e professor.

REFERÊNCIAS

CHAIA, Miguel Wady. DIEESE: saber intelectual e prática sindical. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, nov. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n19/a10n19.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

DIEESE. **O que é o departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos**. São Paulo: DIEESE, 1958. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/cedoc/014880.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

DIEESE. **Almanaque DIEESE 50 anos fazendo história**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

_____. **Oficina de trabalho II**: projeto faculdade do movimento sindical. São Paulo: DIEESE, 2007d. (Relatório técnico da Escola DIEESE).

DIEESE. **Estatuto Social**. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/estatuto.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ESCOLA DIEESE. **Projeto pedagógico do curso de ciências do trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2013.

_____. **Projeto de desenvolvimento institucional.** São Paulo: DIEESE, 2016.

_____. **Matriz Curricular do Curso de Ciências do Trabalho.** Disponível em: <<http://escola.dieese.org.br/escola/ensino/graduacao/matriz-curricular-do-curso>>. Acesso em: 09 set. 2016.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões de nossa época, v. 23).

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil:** o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: Reduc, 1991.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada. O discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.28, nº 100- Especial, p. 1153-1178, out., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical:** história de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MENDONÇA, Sérgio. E. A. A Experiência do DIEESE em pesquisa e conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 54-59, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13561.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Teorias Pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Campus de Foz do Iguaçu, v.10, nº 2, 2º semestre de 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465/3387>>. Acesso em 25 de ago. 2016.

TOURAINÉ, Alan. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.